

Helenton Carlos Da Silva (Organizador)

Demandas Essenciais para o Avanço da Engenharia Sanitária e Ambiental 2





Helenton Carlos Da Silva (Organizador)

Demandas Essenciais para o Avanço da Engenharia Sanitária e Ambiental 2



Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Diocléa Almeida Seabra Silva - Universidade Federal Rural da Amazônia

Prof. Dr. Écio Souza Diniz - Universidade Federal de Viçosa

Prof. Dr. Fábio Steiner - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos - Universidade Federal do Ceará

Profa Dra Girlene Santos de Souza - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Júlio César Ribeiro - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Profa Dra Lina Raquel Santos Araújo - Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Pedro Manuel Villa - Universidade Federal de Viçosa

Profa Dra Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos - Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza - Universidade do Estado do Pará

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior - Universidade Federal de Alfenas

# Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva - Universidade de Brasília

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Anelise Levay Murari - Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto - Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Edson da Silva - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profa Dra Eleuza Rodrigues Machado - Faculdade Anhanguera de Brasília

Profa Dra Elane Schwinden Prudêncio - Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco - Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos - Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior - Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Profa Dra Mylena Andréa Oliveira Torres - Universidade Ceuma

Profa Dra Natiéli Piovesan - Instituto Federacl do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada - Universidade Estadual de Maringá

Profa Dra Vanessa Lima Gonçalves - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado - Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva - Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade - Universidade Federal de Goiás

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Lúcia Voigt - Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos - Instituto Federal do Pará

Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas - Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcelo Marques - Universidade Estadual de Maringá

Profa Dra Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan - Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa - Faculdade de Campo Limpo Paulista

#### Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira - Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Msc. Adalberto Zorzo - Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva - Universidade Federal do Maranhão

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andreza Lopes - Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico

Prof<sup>a</sup> Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Msc. Claúdia de Araújo Marques - Faculdade de Música do Espírito Santo

Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda - Universidade Federal do Pará

Prof<sup>a</sup> Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco



Prof. Dr. Edwaldo Costa - Marinha do Brasil

Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita

Prof. Msc. Gevair Campos - Instituto Mineiro de Agropecuária

Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes - Universidade Norte do Paraná

Prof<sup>a</sup> Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior - Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Prof. Msc. Leonardo Tullio - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profa Msc. Lilian Coelho de Freitas - Instituto Federal do Pará

Profa Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros - Consórcio CEDERJ

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás

Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro - Universidade Federal da Grande Dourados

Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli - Universidade Estadual de Maringá

Prof. Msc. Rafael Henrique Silva - Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Prof<sup>a</sup> Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood - UniSecal

Profa Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro - Instituto Federal de São Paulo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel - Universidade Paulista

# Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D371 Demandas essenciais para o avanço da engenharia sanitária e ambiental 2 [recurso eletrônico] / Organizador Helenton Carlos da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-947-9

DOI 10.22533/at.ed.479202101

1. Engenharia ambiental. 2. Engenharia sanitária. I. Silva, Helenton Carlos da.

CDD 628.362

Elaborado por Maurício Amormino Júnior - CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

<u>www.atenaeditora.com.br</u>

contato@atenaeditora.com.br



#### 2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profa Dra Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

#### Conselho Editorial

# Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

- Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Demite Stephani Universidade Federal do Tocantins
- Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto Universidade Federal de Pelotas
- Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
- Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson Universidade Tecnológica Federal do Paraná
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
- Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho Universidade de Brasília
- Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes Universidade Federal Fluminense
- Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio Universidade de Lisboa
- Profa Dra Denise Rocha Universidade Federal do Ceará
- Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira Universidade Federal de Rondônia
- Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias Universidade Estácio de Sá
- Prof. Dr. Eloi Martins Senhora Universidade Federal de Roraima
- Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
- Prof. Dr. Gilmei Fleck Universidade Estadual do Oeste do Paraná
- Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
- Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior Universidade Federal Fluminense
- Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Keyla Christina Almeida Portela Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
- Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves Universidade Federal do Tocantins
- Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan Instituto Federal do Rio Grande do Norte
- Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva Universidade Federal do Maranhão
- Profa Dra Miranilde Oliveira Neves Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
- Profa Dra Paola Andressa Scortegagna Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Profa Dra Rita de Cássia da Silva Oliveira Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Profa Dra Sandra Regina Gardacho Pietrobon Universidade Estadual do Centro-Oeste
- Profa Dra Sheila Marta Carregosa Rocha Universidade do Estado da Bahia
- Prof. Dr. Rui Maia Diamantino Universidade Salvador
- Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior Universidade Federal do Oeste do Pará
- Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera Universidade Federal de Campina Grande
- Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme Universidade Federal do Tocantins

### Ciências Agrárias e Multidisciplinar

- Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira Instituto Federal Goiano
- Prof. Dr. Antonio Pasqualetto Pontifícia Universidade Católica de Goiás
- Profa Dra Daiane Garabeli Trojan Universidade Norte do Paraná



# **APRESENTAÇÃO**

A obra "Demandas Essenciais para o Avanço da Engenharia Sanitária e Ambiental" aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu I volume, apresenta, em seus 28 capítulos, discussões de diversas abordagens acerca da importância da engenharia sanitária e ambiental, tendo como base suas demandas essenciais interfaces ao avanço do conhecimento.

Os serviços inerentes ao saneamento são essenciais para a promoção da saúde pública, desta forma, a disponibilidade de água em quantidade e qualidade adequadas constitui fator de prevenção de doenças, onde a água em quantidade insuficiente ou qualidade imprópria para consumo humano poderá ser causadora de doenças; observa-se ainda o mesmo quanto à inexistência e pouca efetividade dos serviços de esgotamento sanitário, limpeza pública e manejo de resíduos sólidos e de drenagem urbana.

Destaca-se ainda que entre os muitos usuários da água, há um setor que apresenta a maior interação e interface com o de recursos hídricos, sendo ele o setor de saneamento.

O plano de saneamento básico é o instrumento indispensável da política pública de saneamento e obrigatório para a contratação ou concessão desses serviços. A política e o plano devem ser elaborados pelos municípios individualmente ou organizados em consórcio, e essa responsabilidade não pode ser delegada. O Plano deve expressar o compromisso coletivo da sociedade em relação à forma de construir o saneamento. Deve partir da análise da realidade e traçar os objetivos e estratégias para transformá-la positivamente e, assim, definir como cada segmento irá se comportar para atingir as metas traçadas.

Dentro deste contexto podemos destacar que o saneamento básico é envolto de muita complexidade, na área da engenharia sanitária e ambiental, pois muitas vezes é visto a partir dos seus fins, e não exclusivamente dos meios necessários para atingir os objetivos almejados.

Neste contexto, abrem-se diversas opções que necessitam de abordagens disciplinares, abrangendo um importante conjunto de áreas de conhecimento, desde as ciências humanas até as ciências da saúde, obviamente transitando pelas tecnologias e pelas ciências sociais aplicadas. Se o objeto saneamento básico encontra-se na interseção entre o ambiente, o ser humano e as técnicas podem ser facilmente traçados distintos percursos multidisciplinares, potencialmente enriquecedores para a sua compreensão.

Neste sentido, este livro é dedicado aos trabalhos relacionados a estas diversas demandas essenciais do conhecimento da engenharia sanitária e ambiental. A importância dos estudos dessa vertente é notada no cerne da produção do

conhecimento, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos profissionais de áreas afins em contribuir para o desenvolvimento e disseminação do conhecimento.

Os organizadores da Atena Editora agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Helenton Carlos da Silva

# **SUMÁRIO**

CAPÍTULO 11
A UTOPIA DA UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO NO BRASIL Marcelo Motta Veiga
DOI 10.22533/at.ed.4792021011
CAPÍTULO 213
ANÁLISE DE UMA ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ÁGUA BRUTA MIGRAR AO MERCADO LIVRE DE ENERGIA  Leonardo Nascimento de Oliveira Luis Henrique Pereira da Silva Milton Tavares de Melo Neto
DOI 10.22533/at.ed.4792021012
CAPÍTULO 323
APLICABILIDADE DOS INDICADORES DO DIAGNÓSTICO NO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO DE BELÉM  Arthur Julio Arrais Barros  Marise Teles Condurú  José Almir Rodrigues Pereira
DOI 10.22533/at.ed.4792021013
CAPÍTULO 441
APLICAÇÃO DA ULTRAFILTRAÇÃO NO PÓS-TRATAMENTO DE EFLUENTE SANITÁRIO VISANDO O REÚSO URBANO NÃO POTÁVEL  Layane Priscila de Azevedo Silva Marcos André Capitulino de Barros Filho Larissa Caroline Saraiva Ferreira Moisés Andrade de Farias Queiróz Alex Pinheiro Feitosa  DOI 10.22533/at.ed.4792021014
CAPÍTULO 551
APLICAÇÃO WEB PARA PRÉ-DIMENSIONAMENTO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO  Rafael Pereira Maciel Luís Henrique Magalhães Costa Nágila Veiga Adrião Monteiro Liércio André Isoldi
DOI 10.22533/at.ed.4792021015
CAPÍTULO 6  AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DE LAGOAS APLICADAS AO TRATAMENTO DE EFLUENTES SANITÁRIOS APÓS REMOÇÃO DE LODO  Yasmine Westphal Benedet Patrick Ikaru Ferraz Suzuki Nattália Tose Lopes Sara Cristina Silva
DOI 10.22533/at.ed.4792021016

CAPITULO /
AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DO TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO EM UMA INDÚSTRIA DE CALÇADOS VISANDO REÚSO NÃO POTÁVEL
Layane Priscila de Azevedo Silva Matheus Frazão Arruda Diniz Julyenne Kerolainy Leite Lima
DOI 10.22533/at.ed.4792021017
CAPÍTULO 884
AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E OPERACIONAIS EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO
Ingrid Moreno Mamedes Karytany Ulian Dalla Costa
DOI 10.22533/at.ed.4792021018
CAPÍTULO 993
AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE ULTRAFILTRAÇÃO POR MEMBRANAS PARA TRATAMETO DE ÁGUA: ESTUDO DE CASO NA ETA ENGENHEIRO RODOLFO JOSÉ COSTA E SILVA Mara Yoshino de Castro
DOI 10.22533/at.ed.4792021019
CAPÍTULO 10 110
BIOFILTRAÇÃO PARA TRATAMENTO DE SULFETO DE HIDROGÊNIO  Monise Fernandes Melo Alexandre Prado Rocha Michele Lopes Cerqueira
DOI 10.22533/at.ed.47920210110
CAPÍTULO 11 115
IV-027 – COLIFORMES TERMOTOLERANTES E TOTAIS COMO INDICADORES DA QUALIDADE DA ÁGUA DO RIO CASCÃO, SALVADOR-BA  Maiza Moreira Campos de Oliveira Adriano Braga dos Santos
Alessandra Argolo Espírito Santo
DOI 10.22533/at.ed.47920210111
CAPÍTULO 12125
CONTROLE DE OCORRÊNCIA DE MAUS ODORES EM ETE COM SISTEMA COMBINADO ANERÓBIO/AERÓBIO: REATOR UASB E LODOS ATIVADOS  Lucas Martins Machado Cláudio Leite de Souza Bruna Coelho Lopes Roberto Meireles Glória Déborah de Freitas Melo
DOI 10.22533/at.ed.47920210112

CAPÍTULO 13
DEFINIÇÃO DE PARÂMETROS DE CONTROLE DE EFLUENTES INDUSTRIAIS NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA-MG
Paula Rafaela Silva Fonseca Sue Ellen Costa Bottrel Ricardo Stahlschimidt Pinto Silva Júlio César Teixeira
DOI 10.22533/at.ed.47920210113
CAPÍTULO 14148
DEFINIÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA COM INTERMITÊNCIAS ATRAVÉS DE SIMULAÇÃO HIDRÁULICA – ESTUDO DE CASO - SÃO BENTO DO UNA - PE Hudson Tiago dos S. Pedrosa Marcos Henrique Vieira de Mendonça
DOI 10.22533/at.ed.47920210114
CAPÍTULO 15
DESINFECÇÃO DE EFLUENTE DE FBP UTILIZANDO REATOR DE ALGAS DISPERSAS (RAD)  Israel Nunes Henrique Dayane de Andrade Lima Keiciane Alexandre de Sousa Layza Sabrine Magalhães da Silva Timóteo Silva Ferreira Fernando Pires Martins
Clodoaldo de Sousa Júlia de Souza Carvalho Ana Queloene Imbiriba Correa Camila Pimentel Maia
DOI 10.22533/at.ed.47920210115
CAPÍTULO 16167
ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE PROGRAMA DE RECEBIMENTO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS PARA A CIDADE DE JUIZ DE FORA  Paula Rafaela Silva Fonseca Sue Ellen Costa Bottrel Ricardo Stahlschimidt Pinto Silva Júlio César Teixeira
DOI 10.22533/at.ed.47920210116
CAPÍTULO 17177
ENSAIO DE TRATABILIDADE PARA OTIMIZAÇÃO DA FLOTAÇÃO POR AR DISSOLVIDO PARA TRATAMENTO DE ÁGUA DO RIO CAPIBARIBE EM PERNAMBUCO
Joana Eliza de Santana Romero Correia Freire Aldebarã Fausto Ferreira Mayra Angelina Quaresma Freire Maurício Alves da Motta Sobrinho
DOI 10.22533/at.ed.47920210117

CAPITULO 18185
ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO E PERDAS DE METANO EM REATOR UASB DA ETE-UFLA POR MEIO DE DIFERENTES MODELOS MATEMÁTICOS
Lucas Barreto Campos Mateus Pimentel de Matos Luciene Alves Batista Siniscalchi Sílvia de Nazaré Monteiro Yanagi Lucas Cardoso Lima
DOI 10.22533/at.ed.47920210118
CAPÍTULO 19196
ESTUDO DA GERAÇÃO DE TRIHALOMETANOS (THM) EM EFLUENTE TRATADO DE SISTEMA DE LODO ATIVADO DE FLUXO INTERMITENTE  Vanessa Farias Feio Neyson Martins Mendonça
DOI 10.22533/at.ed.47920210119
CAPÍTULO 20205
ESTUDO DA TOXICIDADE DE EFLUENTE TÊXTIL SUBMETIDO À PROCESSO OXIDATIVO AVANÇADO  Rogério Ferreira da Silva Gilson Lima da Silva Victória Fernanda Alves Milanez Ricardo Oliveira da Silva
DOI 10.22533/at.ed.47920210120
CAPÍTULO 21214
FITORREMEDIAÇÃO UTILIZANDO MACRÓFITAS AQUÁTICAS NO TRATAMENTO DE EFLUENTES DE ESGOTO DOMÉSTICO
Israel Nunes Henrique Lucieta Guerreiro Martorano Nathalia Costa Scherer José Reinaldo Pacheco Peleja Timóteo Silva Ferreira Julia de Souza Carvalho Patrícia Santos Silva Luciana Castro Carvalho de Azevedo Dayhane Mayara Santos Nogueira Jaelbe Lemos de Castro
DOI 10.22533/at.ed.47920210121
CAPÍTULO 22
GASEIFICAÇÃO DOS LODOS DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO DOS TIPOS CONVENCIONAL E UASB
Luis Henrique Pereira da Silva Sérgio Peres Ramos da Silva Maria de Los Angeles Perez Fernandez Palha Adalberto Freire do Nascimento Júnior
DOI 10.22533/at.ed.47920210122

CAPITULO 23 234
INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA REGIÃO DOS LAGOS NO RIO DE JANEIRO – 2010 A 2015
Fátima de Carvalho Madeira Reis Gabriela Freitas da Cruz
Herleif Novaes Roberg Maria Goreth Santos Simone Cynamon Cohen
DOI 10.22533/at.ed.47920210123
CAPÍTULO 24245
INFLUÊNCIA DAS NORMAS NBR 9649 E NBR 14486 NO DIMENSIONAMENTO DE UMA REDE COLETORA DE ESGOTO DE MATERIAL PVC  Lívia Figueira de Albuquerque  Artemisa Fontinele Frota
Luís Henrique Magalhães Costa
DOI 10.22533/at.ed.47920210124
CAPÍTULO 25
POTENCIAL DO CARVÃO RESULTANTE DA PIRÓLISE DE LODO DE ESGOTO DOMÉSTICO COMO ADSORVENTE EM TRATAMENTO DE EFLUENTES.  Murillo Barros de Carvalho Glaucia Eliza Gama Vieira
DOI 10.22533/at.ed.47920210125
CAPÍTULO 26
RETIRADA DE LODO DE LAGOAS DE ESTABILIZAÇÃO COM MÁQUINA ANFÍBIA  Renata Araújo Guimarães  Analine Silva de Souza Gomes  Mariana Marquesini  Mario Márcio Gonçalves de Paula
DOI 10.22533/at.ed.47920210126
CAPÍTULO 27
UTILIZAÇÃO DE REATOR UASB SEGUIDO DE FILTRO BIOLOGICO PERCOLADOR
NO TRATAMENTO DE ESGOTO DOMÉSTICO  Israel Nunes Henrique José Tavares de Sousa Layza Sabrine Magalhães da Silva Keiciane Alexandre de Sousa Rebecca da Silva Fraia Timóteo Silva Ferreira Fernando Pires Martins Clodoaldo de Sousa Julia de Souza Carvalho Alisson Leonardo Vieira dos Reis Rita de Cássia Andrade da Silva
DOI 10.22533/at.ed.47920210127

CAPÍTULO 28286
MONITORAMENTO FÍSICO E QUÍMICO DE UM SISTEMA DE LODOS ATIVADOS EM ESCALA DE BANCADA, DO TIPO UCT MODIFICADO
Israel Nunes Henrique Fernando Pires Martins Clodoaldo de Sousa Timóteo Silva Ferreira Rebecca da Silva Fraia Julia de Souza Carvalho Patrícia Santos Silva Ana Queloene Imbiriba Correa Yandra Cardoso Sobral
DOI 10.22533/at.ed.47920210128
SOBRE O ORGANIZADOR295
ÍNDICE REMISSIVO296

# **CAPÍTULO 13**

# DEFINIÇÃO DE PARÂMETROS DE CONTROLE DE EFLUENTES INDUSTRIAIS NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA-MG

Data de aceite: 06/01/2020

## Paula Rafaela Silva Fonseca

Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental

Belo Horizonte

http://lattes.cnpq.br/0587117548076856

# **Sue Ellen Costa Bottrel**

Universidade Federal de Juiz de Fora, Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental

Juiz de Fora

http://lattes.cnpq.br/1846064067651897

# Ricardo Stahlschimidt Pinto Silva

Companhia de Saneamento Municipal de Juir de Fora, Departamento de Projetos

Juiz de Fora

### Júlio César Teixeira

Universidade Federal de Juiz de Fora, Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental

Juiz de Fora

http://lattes.cnpq.br/8763769776379175

**RESUMO:** O conhecimento das características dos esgotos industriais, também denominados efluentes não domésticos (ENDs) gerados em determinada localidade é fundamental para a segurança operacional da rede de esgotos e bom

funcionamento das Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs), principalmente naquelas em que o tratamento biológico encontra-se presente. Além disso, tal conhecimento é de suma importância na implementação de programas de controle e monitoramento de tais efluentes. Neste contexto, o presente trabalho objetiva definir os parâmetros de controle de efluentes industriais no município de Juiz de Fora – MG. A partir de dados relativos a licenças ambientais de operação industrial, expedidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Juiz de Fora (SMA/JF), categorização dessas indústrias segundo a NBR 9897 (ABNT, 1986), e avaliação dos parâmetros de monitoramento da qualidade da água ao longo dos corpos receptores de Juiz de Fora nos pontos de monitoramento do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) foram elencados os principais parâmetros de controle de ENDs para o município. Os parâmetros considerados pelo presente trabalho como básicos na caracterização de efluentes industriais para o município de Juiz de Fora foram: pH; temperatura; sólidos totais em suspensão; sólidos sedimentáveis; demanda bioquímica de oxigênio; demanda química de oxigênio; óleos e graxas; fósforo total; nitrogênio amoniacal total; fenóis totais; cádmio total; chumbo total; cianeto livre e zinco total.

PALAVRAS-CHAVE:

efluentes

não

domésticos, saneamento, poluição industrial, controle, monitoramento.

# ESTABLISHMENT OF CONTROL AND MONITORING PARAMETERS FOR NON-DOMESTIC EFFLUENTS IN THE CITY OF JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS, BRAZIL

ABSTRACT: Knowledge of the characteristics of industrial sewage - also known as nondomestic effluent (NDE) - generated in a given location is fundamental for the operational safety of the sewage system and the proper functioning of the Wastewater Treatment Plants (WWTP), especially in those where biological treatment is present. Moreover, such knowledge is of primordial importance in the implementation of monitoring and control programs of such effluents. In this context, the present work aims to define the parameters of industrial effluent control in the city of Juiz de Fora - MG. From data related to environmental licenses of industrial operation, issued by the Municipal Environmental Secretariat of Juiz de Fora (SMA / JF), categorization of these industries according to NBR 9897 (ABNT, 1986) and evaluation of quality monitoring parameters of water along the receiving water bodies of Juiz de Fora at the monitoring points of the Minas Gerais Institute for Water Management (IGAM), the main parameters of NDE control for the municipality were listed. The parameters considered by the present work as basic in the characterization of industrial effluents for the city of Juiz de Fora were: pH; temperature; total suspended solids; sedimentable solids; biochemical oxygen demand; chemical oxygen demand; oils and greases; total phosphorus; total ammonia nitrogen; total phenols; total cadmium; total lead; free cyanide and total zinc.

**KEYWORDS:** non-domestic effluents, sanitation, industrial pollution, control, monitoring

# 1 I INTRODUÇÃO

As atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, segundo a Lei Federal nº 11.445 (BRASIL, 2007) compõe o serviço de esgotamento sanitário. Segundo definição da Norma Brasileira Regulamentadora (NBR) nº 9648 (ABNT, 1986), esgoto sanitário é o despejo líquido constituído pelos esgotos doméstico e industrial, águas de infiltração e contribuição pluvial parasitária.

Dependendo das características dos despejos industriais, que variam de acordo com os processos produtivos, os mesmos podem ser admitidos nas redes de esgotos. Os esgotos industriais, também denominados efluentes não domésticos (ENDs), são encontrados em pontos específicos da rede coletora (VON SPERLING, 2016). O conhecimento das características dos ENDs gerados em determinada localidade é fundamental para a segurança operacional da rede de esgotos e bom funcionamento das Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs), principalmente naquelas em que o tratamento biológico encontra-se presente.

Outro aspecto a ser considerado, segundo Von Sperling (1998), quando se trata de efluentes industriais, é a dificuldade em generalizar quais parâmetros serão priorizados pelos órgãos ambientais nas etapas de licenciamento e fiscalização, já que os parâmetros dependem da realidade de cada local e da tipologia industrial prevalecente. Sapia (2003), diz ainda, que mesmo que a legislação englobe as diversas listas de poluentes perigosos estipulados pelos órgãos ambientais dos diferentes países do mundo, não se garantiria sua eficácia sem um estudo regionalizado das fontes de ENDs lançados no sistema público.

Juiz de Fora, situada no sudeste do estado de Minas Gerais e considerada a principal cidade da mesorregião "Zona da Mata Mineira" possui 516.247 habitantes (IBGE, 2010), 98,1% de esgotos coletados e apenas 10% tratados. Visando o atendimento da Lei nº 11.445 (BRASIL, 2007), em 2014 foi concluído o Plano Municipal de Saneamento Básico de Juiz de Fora (PSB/JF), que prevê, dentre outras ações, a implantação e ampliação de ETEs (ação em andamento) bem como a elaboração de um programa de recebimento de efluentes não domésticos (JUIZ DE FORA, 2014).

Neste contexto, o presente trabalho representa um esforço inicial na definição dos parâmetros de interesse no controle de efluentes industriais no município de Juiz de Fora – MG levando-se em consideração as características locais. Com este trabalho, pretende-se fornecer subsídios para as indústrias, companhias de saneamento e órgãos ambientais na gestão dos ENDs do município.

### 2 I OBJETIVO

O objetivo geral do presente trabalho é definir os parâmetros de controle de efluentes industriais no município de Juiz de Fora – MG, e para alcançá-lo foram definidos os seguintes objetivos específicos: i) determinar as fontes contribuintes de efluentes não domésticos, a partir de levantamento quali/quantitativo das indústrias do município; ii) Avaliar os parâmetros de monitoramento da qualidade da água ao longo dos corpos receptores de Juiz de Fora nos pontos de monitoramento do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM).

### **3 I METODOLOGIA**

Inicialmente, obtiveram-se dados relativos a licenças ambientais de operação industrial, expedidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Juiz de Fora (SMA/JF) durante o período de 2002 a 2014, até a classe 4 da Deliberação Normativa n° 74 (COPAM, 2004). Tais indústrias foram classificadas segundo as categorias apresentadas na NBR 9897 (ABNT, 1986), quais sejam: Alimentos; Alumínio; Bebidas; Cereais; Cimento, concreto, cal e gesso; Curtume; Laticínios; Materiais plásticos e

sintéticos; Papel, polpa e celulose; Produtos farmacêuticos; Produtos inorgânicos; Produtos orgânicos; Têxtil; Tratamento de superfícies metálicas e galvanoplastias; Vegetais e frutas enlatados.

Posteriormente, para caracterizar os efluentes gerados pelas diferentes indústrias consideradas, utilizou-se a Tabela 1 – Recomendações de parâmetros mínimos para controle de efluentes líquidos da NBR 9897 (ABNT, 1986), onde foram levantados os parâmetros de interesse relativos a cada tipologia industrial.

Partindo-se da premissa de que o baixo nível de tratamento de esgotos leva ao lançamento in natura dos mesmos em corpos hídricos, analisou-se em seguida as informações apresentadas pelo IGAM nos documentos "Qualidade das águas superficiais de Minas Gerais em 2014: resumo executivo" (IGAM, 2015) e "Qualidade das águas superficiais de Minas Gerais em 2015: resumo executivo" (IGAM, 2016), para o município de Juiz de Fora. Tais documentos compõem o Programa Águas de Minas, onde são monitoradas diversas estações ao longo de corpos hídricos cujos parâmetros de qualidade são avaliados segundo o cumprimento da Deliberação Normativa Conjunta do Conselho Estadual de Política Ambiental e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais nº 01 (COPAM/CERH, 2008). Essa norma dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lancamento de efluentes. Na avaliação, considerou-se que se ao menos um parâmetro estivesse em desacordo com os limites da legislação, o indicativo de contaminação ao qual o parâmetro se refere seria considerado em desconformidade (IGAM, 2015). No município de Juiz de Fora foram analisados os dados provenientes de seis estações de monitoramento, denominadas BS002, BS006, BS017, BS083, BS088 e BS090. Na Figura 1, exibe-se as quatro das seis estações de monitoramento avaliadas. destacando-se a localização do Distrito Industrial de Juiz de Fora, área que reúne grande concentração das atividades industriais da cidade.

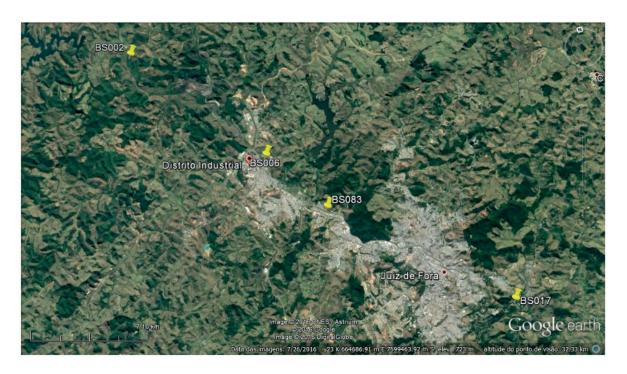


Figura 1 Localização de quatro estações de monitoramento do IGAM no município de Juiz de Fora

Fonte: Google Earth (2016)

# **4 I RESULTADOS E DISCUSSÃO**

# 4.1 Tipologia Industrial do Município

As categorias adotadas neste trabalho para a classificação das indústrias foram aquelas consideradas nas recomendações de parâmetros mínimos para controle de efluentes pela NBR 9897 (ABNT, 1986). Da amostra de 140 indústrias, destacaramse os ramos têxtil; produtos orgânicos; alimentos; materiais plásticos e sintéticos e concreto, cal e gesso, com 24, 20, 17, 13 e 12 unidades, respectivamente.

# 4.2 Parâmetros para controle de efluentes líquidos segundo NBR 9897 (ABNT, 1986)

Parte dos resultados obtidos na análise realizada com base na Tabela 1 da NBR 9897 (ABNT, 1986) são apresentados no Quadro 1, que contém os parâmetros elencados pela referida norma e respectivas frequências de ocorrência nos efluentes do quadro industrial considerado para Juiz de Fora – MG.

Frequência de ocorrência de cada parâmetro nos efluentes das indústrias					
consideradas					
	N°			N°	
	Indústria	Porcentage		Indústria	Porcentage
Parâmetro	s	m relativa	Parâmetro	s	m relativa
pН	140	100%	Carbono orgânico total	54	39%
Sólidos dissolvidos	140	100%	N-nitrato	54	39%
Sólidos não- filtráveis	140	100%	N-nitrito	54	39%
Sólidos sedimentáveis	140	100%	N-orgânico	52	37%
Sólidos totais	140	100%	Cromo total	51	36%
Temperatura	140	100%	Cobre	48	34%
Oléos e Graxas	139	99%	Estanho	48	34%
DQO	133	95%	Sulfatos	45	32%
DBO <sub>5,20</sub>	124	89%	Mercúrio	44	31%
Fósforo total	87	62%	Sulfetos	43	31%
Fenol	78	56%	Organoclorados	33	24%
N-total	78	56%	Arsênio	32	23%
Cor	73	52%	Fosfatos	32	23%
Cádmio	69	49%	Organofosforad os	29	21%
Chumbo	69	49%	Carbamatos	28	20%
Cianeto	69	49%	Turbidez	28	20%
N-amoniacal	65	46%	Materiais Flutuantes	24	17%
Alcalinidade	63	45%	Mercaptanas	24	17%

Frequência de ocorrência de cada parâmetro nos efluentes das indústrias consideradas					
	N°			N°	
	Indústria	Porcentage		Indústria	Porcentage
Parâmetro	s	m relativa	Parâmetro	s	m relativa
Ferro total	61	44%	Níquel	24	17%
Zinco	60	43%	Sulfitos	20	14%

Quadro 1. Frequência de ocorrência dos parâmetros de monitoramento nas indústrias de Juiz de Fora consideradas

# 4.3 Parâmetros que apresentaram não conformidades segundo monitoramento do IGAM

Os parâmetros que apresentaram não conformidade dentro dos indicativos de enriquecimento orgânico e substâncias tóxicas nas estações de monitoramento do IGAM encontram-se no Quadro 2, bem como o rio no qual a estação estava instalada e o enquadramento dos mesmos.

		Enriquecimento orgânico		Substâncias tóxicas	
Rio/Classe	Estação de Monitorame nto	2014	2015	2014	2015
Rio Paraibuna	BS002 (montante Distrito Industrial)	-	Fósforo total	-	
Classe 2	BS006	Demanda Bioquímica de Oxigênio	Demanda Bioquímica de Oxigênio, Fósforo total	Fenóis totais	-

		Demanda	Demanda	Cádmio	
	BS017	Bioquímica	Bioquímica de	total,	Cádmio total,
	(jusante	de Oxigênio, Chu	Chumbo	Cianeto livre,	
	Centro)	Oxigênio,	Fósforo total,	total,	Zinco total
	Centro)	Fósforo	Nitrogênio	Cianeto	Zirico totai
		total	amoniacal total	livre	
		Demanda		Cádmio	
	BS083	Bioquímica	Demanda	total, Chumbo	Cádmio total,
	(jusante	de	Bioquímica de	total,	Chumbo total,
	Disitrito	Oxigênio,	Oxigênio,	Cianeto	Cianeto livre,
	Industrial)	Fósforo	Fósforo total	livre, Zinco	Zinco total
		total		total	
Rio Vermelho	BS088	_	_	_	_
Classe 1					
Rio do Peixe	BS090	-	-	-	-
Classe 1					

Quadro 2 Parâmetros que apresentaram não conformidades nas estações de monitoramento de Juiz de Fora

Fonte: Adaptado de Igam (2015, 2016)

Ao relacionar o Quadro 2 com a Figura 1, observou-se inconformidades na

estação BS083 que não estavam presentes na BS002, sendo essas estações situadas, respectivamente, à jusante e a montante da região do Distrito Industrial de Juiz de Fora. Este pode ser um indício da presença de lançamento de efluentes industriais contendo os parâmetros potencialmente tóxicos listados no Quadro 2 pelos empreendimentos localizados no Distrito Industrial no rio Paraibuna, principal curso de água do município.

A estação BS017, situada à jusante do centro urbano de Juiz de Fora também se destacou pela presença de substâncias potencialmente tóxicas e de enriquecimento orgânico não conformes, o que pode indicar tanto um resultado de novos lançamentos (tanto industriais, quanto domésticos) ao longo do rio Paraibuna, como a persistência de substâncias não biodegradáveis recebidas na região do Distrito Industrial.

Destaca-se ainda, que os parâmetros analisados pelo IGAM que não apresentaram conformidade com a Deliberação Normativa nº 01 (COPAM/CERH, 2008) em Juiz de Fora, Quadro 2, são aqueles que apresentam maior frequência nos efluentes industriais do município segundo análise a partir da NBR 9897 (ABNT, 1986), o que reforça a hipótese que a origem predominante desses parâmetros ser de origem industrial, ou seja, efluentes não domésticos (ENDs).

# 4.4 Parâmetros definidos para o controle dos efluentes industriais de Juiz de Fora - MG

Devido aos motivos explicitados, optou-se por adotar como parâmetros prioritários de interesse para recebimento de ENDs originários de qualquer tipologia industrial de Juiz de Fora, aqueles que apresentaram não conformidades durante os anos de 2014 e 2015. Incluiu-se ainda os parâmetros que são indicados para controle dos efluentes de mais de 90% das indústrias de Juiz de Fora, como pode ser visto no Quadro 1: pH, temperatura, óleos e graxas, DQO, sólidos totais em suspensão e sólidos sedimentáveis. O conjunto dos parâmetros propostos para compor a caracterização básica de qualquer indústria do município encontra-se no Quadro 3. Para uma análise mais aprofundada, recomenda-se que além desses, o END seja caracterizado com outros parâmetros segundo sua tipologia industrial. No caso dos parâmetros: cadmio total, chumbo total, cianeto livre e zinco total, recomenda-se que seja concedida isenção de monitoramento no caso de justificativa técnica respaldada nas características do processo produtivo do empreendimento.

Parâmetros para o recebimento de	Justificativa da inclusão dos
ENDs em Juiz de Fora	parâmetros
рН	Porcentagem*

Temperatura	Porcentagem
Sólidos totais em suspensão	Porcentagem
Sólidos sedimentáveis	Porcentagem
Demanda Bioquímica de Oxigênio	NC**
Demanda Química de Oxigênio	Porcentagem
Óleos e graxas	Porcentagem
Fósforo total	NC
Nitrogênio amoniacal total	NC
Fenóis totais	NC
Cádmio total	NC
Chumbo total	NC
Cianeto livre	NC
Zinco total	NC

Quadro 3 Parâmetros básicos propostos para compor o programa de recebimento de ENDs em Juiz de Fora

# **5 I CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

Tomando como referência as indústrias amostradas neste trabalho, o ramo industrial predominante em Juiz de Fora é o da indústria têxtil, seguido pela indústria de produtos orgânicos e de alimentos. O maior número de parâmetros que apresentaram não conformidade com a Deliberação Normativa nº 01 (COPAM/CERH, 2008), segundo monitoramento do IGAM (2014, 2015), foram obtidos em estações localizadas a jusante do Distrito Industrial de Juiz de Fora e a jusante do centro urbano do município. Os parâmetros considerados pelo presente trabalho como básicos na caracterização de efluentes industriais para o município de Juiz de Fora foram: pH; temperatura; sólidos totais em suspensão; sólidos sedimentáveis; demanda bioquímica de oxigênio; demanda química de oxigênio; óleos e graxas; fósforo total; nitrogênio amoniacal total; fenóis totais; cádmio total; chumbo total; cianeto livre e zinco total.

Definir qual metodologia assumir foi uma das principais dificuldades deste trabalho. Por este motivo, recomenda-se o estabelecimento e a divulgação de uma metodologia padronizada para a elaboração de programas de recebimento de efluentes não domésticos (ENDs). Recomenda-se ainda a realização do levantamento completo e atualizado das indústrias existentes no município de Juiz

<sup>\*</sup>Monitoramento recomendado em pelo menos 90% das indústrias, o que pode ser verificado no Quadro 1

<sup>\*\*</sup>NC:Não conforme segundo monitoramento do IGAMnos anos de 2014 e 2015, o que pode ser verificado no Quadro 2.

de Fora, classificação segundo a tipologia industrial e divulgação desses dados na rede mundial de computadores por parte da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

# **REFERÊNCIAS**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9897 - Planejamento de amostragem de efluentes líquidos e corpos receptores. Rio de Janeiro, 1986.

BRASIL, **Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007.** Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Brasília: Diário Oficial da União de 08 de janeiro de 2007.

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL (COPAM). **Deliberação Normativa nº 74**, **de 9 de setembro de 2004**. Estabelece critérios para classificação, segundo o porte e potencial poluidor, de empreendimentos e atividades modificadoras do meio ambiente passíveis de autorização ambiental de funcionamento ou de licenciamento ambiental no nível estadual, determina normas para indenização dos custos de análise de pedidos de autorização ambiental e de licenciamento ambiental, e dá outras providências. Disponível em: < http://sisemanet.meioambiente.mg.gov.br/mbpo/recursos/DeliberaNormativa74.pdf>. Acessado em: 24 de janeiro de 2016.

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL; CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DE MINAS GERAIS. **Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG N.º1**, **de 05 de mai. de 2008**. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento e estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes. Belo Horizonte: COPAM, 2008.

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Dados Série Histórica de Monitoramento do ano de 2014.** Disponível em: <a href="http://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/serie-historica/9021-2014">http://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/serie-historica/9021-2014</a>>. Acessado em: 28 de junho de 2016.

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Dados Série Histórica de Monitoramento do ano de 2015.** Disponível em: <a href="http://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/serie-historica/9648-2015">http://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/serie-historica/9648-2015</a>>. Acessado em: 28 de junho de 2016.

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Qualidade das águas superficiais de Minas Gerais em 2014: Resumo Executivo.** Belo Horizonte: Instituto Mineiro de Gestão das Águas, 2015. 175 p.

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Qualidade das águas superficiais de Minas Gerais em 2015: Resumo Executivo**. Belo Horizonte: Instituto Mineiro de Gestão das Águas, 2016. 179 p.

JUIZ DE FORA. **Plano de Saneamento Básico de Juiz de Fora - MG.** Juiz de Fora: Prefeitura de Juiz de Fora, Esse Engenharia e Consultoria Ltda., 2014. 180p.

SAPIA, PAULA MÁRCIA AUGUSTI; MORITA, DIONE MARI. **Critérios de recebimento de efluentes não domésticos em sistemas públicos de esgotos: uma análise crítica.** Revista de Engenharia Sanitária e Ambiental–Artigo Técnico, v. 8, n. 3, p. 145-156, 2003.

VON SPERLING, Marcos. **Análise dos padrões brasileiros de qualidade de corpos d'água e de lançamento de efluentes líquidos.** Revista Brasileira de Recursos Hídricos, v. 3, n. 1, p. 111-132, 1998.

VON SPERLING, M. Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos. 4ª Ed. Belo Horizonte: Departamento de Engenharia Ambiental, Universidade Federal de Minas Gerais; 2016.

# **ÍNDICE REMISSIVO**

# Α

Abastecimento de água 4, 5, 6, 14, 22, 24, 26, 27, 31, 32, 36, 38, 53, 148, 149, 150, 151, 154, 157, 158, 160, 234, 235, 236, 237, 238

Águas residuárias 63, 136, 161, 188, 193, 194, 197, 215, 216, 224, 262, 275, 277, 279, 285, 288, 289, 290, 294, 295

Aplicabilidade 23, 26, 30, 33, 37, 41, 265

### В

Balanço de massa 185, 187, 190, 191, 194

Biofiltro 110, 111, 112, 113

Biomassa 16, 111, 130, 131, 133, 134, 135, 171, 189, 216, 223, 226, 227, 231, 232, 233, 256, 257, 258, 289, 290, 294, 295

### C

Controle 18, 22, 37, 38, 44, 70, 71, 75, 79, 100, 107, 109, 111, 114, 125, 128, 130, 131, 133, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 145, 149, 157, 159, 168, 169, 173, 175, 176, 186, 197, 208, 209, 210, 236, 258, 289

### D

Desinfecção 47, 75, 79, 82, 86, 90, 91, 158, 159, 160, 161, 164, 165, 196, 198, 199, 204 Diagnóstico 12, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 35, 37, 38, 39, 49, 52, 63, 72, 130, 131, 136 Dragagem de lodo 65, 67, 68, 69, 72

### Ε

Eficiência energética 13, 14, 22, 225

Efluentes não domésticos 138, 139, 140, 145, 146, 147, 167, 168, 169, 170, 173, 175, 176 Efluente têxtil 205, 209, 211, 212

Efluente tratado 64, 66, 69, 70, 71, 196, 199, 200, 201, 202, 209, 210, 211, 214, 274 Esgotamento sanitário 2, 4, 5, 9, 14, 24, 26, 27, 31, 32, 34, 36, 38, 51, 84, 139, 167, 168, 169, 170, 176, 234, 235, 236, 237, 238, 243, 246, 247, 266, 267

Estações de tratamento de esgotos 41, 44, 49, 51, 52, 54, 62, 83, 84, 92, 138, 139, 169, 186, 197, 257

## F

Filtro biológico percolador 55, 59, 158, 160, 161, 163, 276, 277, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286 Flotação 177, 178, 179, 180, 183, 184

#### Ī

Indicadores 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 43, 47, 73, 80, 81, 86, 87, 92, 115, 116, 123, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 243, 244, 245, 274
Indústria de calçados 75, 77, 78, 81, 82

### L

Lagoa de estabilização 64

Lagoas de polimento 158, 159, 160, 165, 166

Lodo biológico 64, 73, 133, 257, 266, 268, 271

Lodo de esgoto 226, 227, 232, 256, 258, 259, 262, 264, 265

Lodos ativados 62, 65, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 176, 198, 218, 276, 279, 287, 289, 295

### M

Máquina anfíbia 266, 267, 270, 271, 272, 273

Material orgânico 203, 276, 277, 278, 294

Maus odores 125, 126, 127, 128, 130, 131, 133, 134, 135

Membranas ultrafiltrantes 93, 95, 97, 99, 101, 105, 106

Mercado livre de energia 13, 19, 21, 22

Metano dissolvido 185, 189, 190, 191, 192

Modelagem hidráulica 149, 157

Monitoramento 4, 29, 38, 47, 67, 79, 80, 81, 96, 99, 106, 111, 116, 117, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 167, 168, 171, 173, 174, 175, 176, 196, 199, 203, 204, 220, 236, 267, 282, 287, 289, 290, 291, 292

### Ν

Nutrientes 90, 122, 123, 158, 159, 160, 185, 186, 215, 216, 217, 218, 223, 276, 278, 279, 287, 288, 289, 295

### P

Plano municipal de saneamento básico 23, 24, 25, 37, 38, 140, 168, 169

Poluentes 52, 65, 93, 95, 106, 140, 158, 160, 169, 197, 206, 215, 216, 258, 262, 287, 288, 289 Poluição industrial 139, 171

Pré-dimensionamento 51, 52, 53, 57, 61, 62, 63

Problemas ambientais 216, 227, 287, 288

### Q

Qualidade da água 44, 47, 63, 65, 80, 93, 94, 95, 96, 99, 101, 106, 107, 115, 123, 138, 140, 197, 204, 244, 270, 289

#### R

Reator UASB 55, 59, 70, 79, 83, 112, 125, 126, 127, 131, 132, 133, 163, 164, 185, 187, 188, 190, 191, 194, 228, 259, 276, 277, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285

Recursos hídricos 34, 41, 42, 43, 49, 62, 65, 76, 116, 141, 147, 148, 149, 176, 185, 188, 197, 215, 278 Rede coletora de esgoto 32, 242, 246, 249

Redução de custos 13, 14

Remoção de lodo 64, 66, 67, 71, 72, 73, 266, 267, 268, 270, 272

Remoção de nutrientes 158, 160, 215, 216, 217

Reúso não potável 42, 48, 49, 75, 77, 83 Reúso urbano 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 81

# S

Saneamento ambiental 12, 22, 63, 266, 267, 286

Saneamento básico 1, 4, 9, 12, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 51, 53, 61, 62, 63, 108, 110, 116, 140, 147, 167, 168, 169, 170, 176, 234, 238, 239, 244, 245, 275

Sistema de gestão ambiental 84, 85, 91

Sustentabilidade 1, 2, 8, 11, 35, 36, 37, 39, 111, 160, 169, 226, 263, 296

### Т

Taxa de recirculação 162, 177, 180, 181, 182, 183

Toxicidade 174, 184, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

Tratamento de água 10, 15, 57, 62, 93, 94, 95, 96, 105, 107, 108, 177, 178, 179, 183, 264

Tratamento de efluente doméstico 64

Tratamento de lodo 266

# U

Ultrafiltração 41, 42, 44, 49, 93, 94, 95, 96, 97, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108 Universalização 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 27, 38, 51, 53, 62 **Atena 2 0 2 0**